



RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
2025



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2025 as então acionistas da Planalto Solar Park S.A, a Companhia CELG de Participações – CELGPAR e a Voltax Engenharia Indústria e Comércio Ltda., concluíram a implantação do complexo Solar Power, composto por cinco usinas fotovoltaicas (três de 1MWac e mais duas de 0,5MW cada), totalizando 4,0 MWac de potência de injeção na rede, localizadas em Terezópolis de Goiás, energizadas em 31.07.2025. Também foi concluída em 24.09.2025 a Usina Roma, localizada em Campo Alegre de Goiás, com 4,4 MWac de potência de injeção na rede. Assim, a companhia deverá firmar contrato(s) de arrendamento(s) das mesmas, para destinação definitiva da energia gerada.

Em 29 de dezembro de 2025, por meio da 76ª Assembleia Geral Extraordinária da CELGPAR, houve a autorização para aquisição da participação acionária da Voltax na Planalto Solar, o que ocorreu em oito de janeiro de 2026, passando assim a Planalto Solar Park S.A a ser subsidiária integral da CELGPAR.

Ademais no ano de 2026 a expectativa é de que a Planalto Solar passe por algumas operações societárias de forma a ampliar seu objeto social, o que irá demandar uma estruturação nas diversas frentes, envolvendo os aspectos de governança, técnicos, financeiros, pessoal, dentre outros.

Esta administração agradece à confiança dos acionistas, colaboradores, fornecedores, e em especial ao Estado de Goiás, ao tempo que manifesta satisfação em contribuir de forma a agregar valor não somente aos acionistas, mas também aos cidadãos de Goiás.

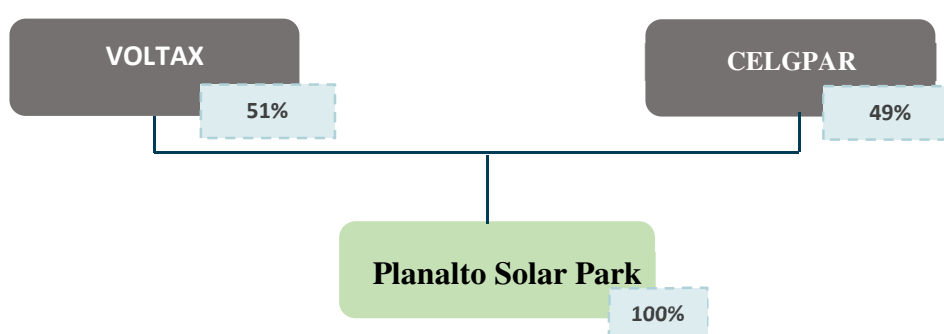
Adriano da Rocha Lima
Diretor-Presidente



1. PERFIL E GOVERNANÇA DA COMPANHIA

A PLANALTO SOLAR PARK S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, que até então tem por objeto atuar na implantação de plantas de geração energia fotovoltaica, locação das mesmas, execução de serviços de engenharia e outros, por prazo indeterminado.

A Planalto Solar até 31.12.2025, possuía a seguinte estrutura societária:



Os principais ativos da companhia são dois complexos de Usinas Fotovoltaicas, na modalidade Geração Distribuída (Solar Power e Roma), ambas localizadas em Goiás. A seguir as suas principais características:

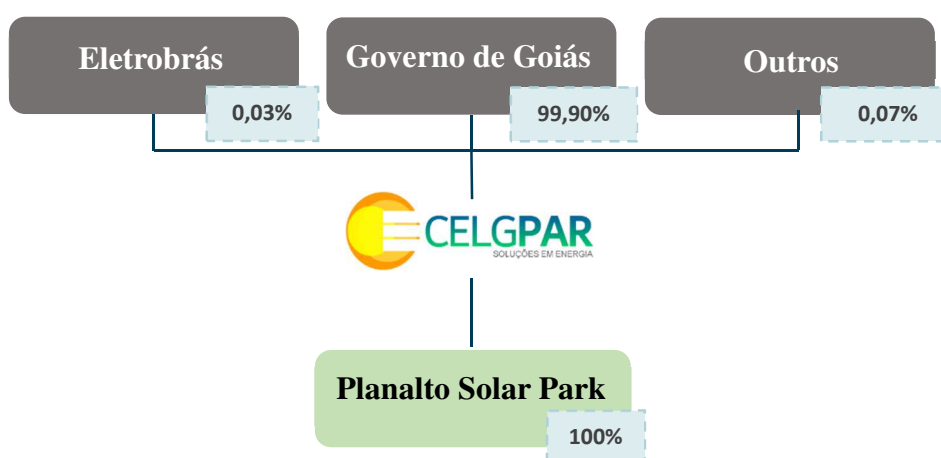
Usina Fotovoltaica	Solar Power	Roma
Município	Terezópolis de Goiás-GO	Campo Alegre de Goiás-GO
Área	6,79 hectares	7,2 hectares
Potência Instalada	6.048 kWp	6.232 kWp
Potência em Inversor	4.000 kW	4.400 kW
Tensão de conexão na rede	34,5 kV	34,5 kV
Fixação	Estrutura Fixa	Estrutura Fixa
Energização	31/07/2025	24/09/2025

A estrutura de governança da Planalto Solar em 31.12.2025, além da Assembleia Geral, contava com Conselho de Administração, composto por 4 membros, sendo dois indicados por cada acionista e também por Diretoria Executiva formada por um Diretor Presidente e um Diretor Técnico e Comercial.



Fato Superveniente

A partir de 7 de janeiro de 2026 a Planalto Solar Park S.A passou a ser uma subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGPAR, conforme Livro de Transferência de Ações Nominativas, com autenticação da Junta Comercial de Goiás (JUCEG) registrada sob o N° 20260036064, efetivada em 08.01.2026. Vide a seguir estrutura societária da Companhia representado abaixo:



Após a reestruturação societária, a Companhia passou a adotar práticas consonantes com Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e Decreto Estadual nº 10.433 de 08.04.2024. Neste sentido houve a dissolução do Conselho de Administração e passou a contar com Conselho Fiscal Permanente composto por 3 membros efetivos e respectivos suplentes. A Sociedade passou a ser administrada por dois diretores: Diretor Presidente e Diretor Jurídico eleitos em Assembleia Geral.

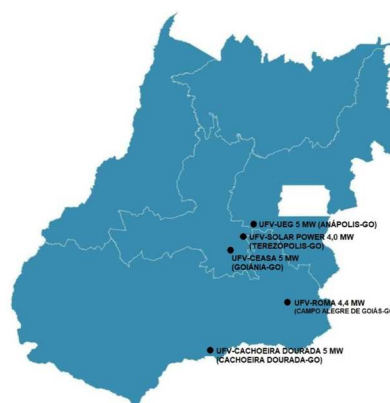
Após a aquisição a acionista Companhia Celg de Participações – CELGPAR integralizou capital social da Companhia no montante de R\$ 131.987 mil, conforme seus bens contemplados em Laudo de Avaliação Contábil do Acervo Patrimonial elaborado com data base em 31.12.2025, sendo eles: i. Contas a receber da CGH Mambaí; ii. Contrato de mútuo com a Celg Distribuição S.A. – CELG D; iii. Direitos creditórios de três usinas fotovoltaicas mantidas em regime de convênio (UEG, Ceasa e Cachoeira Dourada); e iv. Outros ativos (terreno em que está instalada a Usina Fotovoltaica Cachoeira Dourada, Ativos imobilizados e intangíveis administrativos e, um veículo).



A seguir características das 3 UFVs incorporadas ao Patrimônio da Planalto Solar:

Usina Fotovoltaica	Anápolis UEG	Cachoeira Dourada	Goiânia CEASA
Área	10 hectares	12 hectares	9,69 hectares
Potência Instalada	6.409,2 kWp	6.485,5 kWp	6.510 kWp
Potência em Inversor	5.000,0 kW	5.000,0 kW	5.000,0 kW
Tensão de conexão na rede	13,8 kV	13,8 kV	13,8 kV
Fixação	Com <i>Tracker</i>	Com <i>Tracker</i>	Com <i>Tracker/Fixa/Carport</i>
Energização/Previsão	21/05/2024	04/01/2024	17/06/2024

As referidas usinas encontram-se concentradas a Leste e Sul de Goiás, como se observa no mapa abaixo:



A Planalto Solar está aprimorando suas políticas e práticas de governança corporativa. Inicialmente está adotando práticas compatíveis com as da *holding* como por exemplo em termos de Código de Conduta e Integridade.

2. CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2025 foi caracterizado por um ambiente econômico global instável e desafiador, fortemente impactado por conflitos geopolíticos e tensões comerciais, destaque para a ampliação de tarifas e medidas de taxação adotadas pelos Estados Unidos sobre produtos industriais e estratégicos, um cenário nacional resiliente, porém condicionado por juros elevados e incertezas externas, e um desempenho claramente favorável em Goiás, que se consolidou como uma das economias estaduais mais dinâmicas do país.

Apesar desse cenário adverso, a economia mundial manteve crescimento positivo. No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá registrar crescimento em torno de 2,2% em 2025, sustentado principalmente pela expansão do setor de serviços e pelo consumo



das famílias, favorecidos por um mercado de trabalho ainda aquecido, com taxas de desemprego em patamares bem reduzidos. De acordo com o Instituto Mauro Borges, o Estado de Goiás também apresentou bom nível de crescimento, registrando Índice de Atividade Econômica (IBCR) da ordem de 4,8% ocupando segunda posição no país, perdendo apenas para o Pará.

Em termos de desemprego, registrou-se em dezembro de 2025, desde 2012, o menor nível no país, 5,1%, conforme divulgado pelo IBGE (com base na pesquisa PNAD Contínua 2025), observando-se então uma taxa média para o ano de 2025 de 5,6%, taxa menor que a melhor taxa anterior, 6,6% em 2024, fenômeno também observado em Goiás.

A inflação permaneceu relativamente controlada ao longo do ano, ainda que acima do centro da meta. De acordo com as medianas das Expectativas de Mercado, Boletim Focus, de 3 de janeiro de 2025, a inflação medida pelo IPCA esperada pelo mercado era de 4,89, acima do limite da meta (4,50%), porém encerrou o ano de 2025 em 4,26%.

O Copom (Comitê de Política Monetária), em resposta ao nível de atividade econômica (crescimento do PIB), inflação acima da meta em grande parte do ano, e situação fiscal, manteve a taxa básica de juros (Selic) em patamar elevado, em torno de 15% durante o ano, refletindo a postura cautelosa da política monetária diante do ambiente internacional incerto e dos desafios fiscais domésticos.

O câmbio apresentou oscilações ao longo do ano, sendo que a estimativa inicial era que a paridade R\$/US\$ ficaria em torno de R\$ 6,00, porém na média, em 2025, o dólar foi de R\$ 5,59, sendo registrado no final do período R\$ 5,47.

Para a Companhia o câmbio impacta de forma direta os custos de implantação das usinas. Neste sentido, a redução do câmbio acabou por ser compensado por elevação nas taxas de importação de equipamentos fotovoltaicos, de 9,6% para 25% conforme Resolução Gecex nº 7.666 de 13 de novembro de 2024. A variação impacta diretamente nos custos operacionais, mas ao mesmo tempo, considerando que a energia do mercado regulado tem sofrido aumentos maiores que a inflação, então há uma tendência de neutralização do aumento do custo pelo potencial de aumento de receita (normalmente atrelada ao preço de energia do mercado cativo).

No âmbito regional, o estado de Goiás apresentou um dos melhores desempenhos econômicos do país em 2025, com crescimento significativamente superior à média nacional. Esse resultado foi impulsionado por uma agropecuária altamente dinâmica, com



forte produção de grãos e proteínas animais, além de uma indústria de transformação robusta, especialmente nos segmentos de alimentos, farmacêutico e biocombustíveis. O mercado de trabalho estadual manteve-se aquecido, com baixos níveis de desemprego e aumento da renda, fortalecendo a demanda interna e reduzindo os impactos das instabilidades externas sobre a economia local.

Para 2026, as perspectivas indicam a continuidade de um crescimento global moderado, ainda condicionado à evolução dos conflitos geopolíticos, à duração das medidas protecionistas adotadas por grandes economias e à condução das políticas monetárias internacionais. No Brasil, projeta-se a manutenção ou leve desaceleração do crescimento, com inflação gradualmente em trajetória de convergência, possibilidade de flexibilização da taxa Selic e câmbio relativamente estável, embora sujeito a episódios de volatilidade externa. Em Goiás, a expectativa é de continuidade do desempenho acima da média nacional, ainda que o cenário permaneça sensível a riscos climáticos e às oscilações dos preços internacionais das commodities.

3. DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A Planalto Solar teve suas atividades efetivamente iniciadas em 2024, sendo então os anos de 2024 e 2025 destinados praticamente à implantação das usinas fotovoltaicas.

A Companhia teve um aumento em seu Patrimônio Líquido em torno de 139%, saindo de R\$ 13.539 mil (2024) para R\$ 32.329 mil (2025). Vide a seguir síntese dos principais números e indicadores da Planalto Solar:

Principais indicadores	2024	2025
Liquidez Geral	0,56	0,26
Liquidez Corrente	0,52	1,96
Ativo Total - R\$ mil	15.158	35.377
Ativo Circulante - R\$ mil	844	700
Passivo Circulante - R\$ mil	1.619	357
Passivo Circulante e Não Circulante - R\$ mil	1619	3.048
Patrimônio Líquido - R\$ mil	13.539	32.329



Como se observa a Companhia apresentou em termos de Liquidez Corrente uma melhora de 0,52 (2024) para 1,96 (2025), afetado principalmente pela redução no Passivo Circulante de R\$ 1.619 mil para R\$ 357 mil, passando uma composição de endividamento para o longo prazo na medida em que o Passivo Não Circulante passou a registrar R\$ 2.691 mil em 2025, sendo este praticamente composto por obrigações inerentes ao arrendamento dos terrenos onde se encontram instaladas as plantas fotovoltaicas. Neste sentido, o índice de Liquidez Geral reduziu de 0,56 em 2024 para 0,26 em 2025.

Goiânia, 9 de fevereiro de 2026.

A Administração

Demonstrações Financeiras

Planalto Solar Park S.A.

31 de dezembro de 2025

Com o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações
Financeiras

SUMÁRIO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	3
Demonstrações Financeiras	6
Balanco Patrimonial	6
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12
1. Contexto operacional	12
2. Principais políticas contábeis	12
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	17
4. Caixa e equivalentes de caixa	18
5. Impostos a recuperar	18
6. Imobilizado	19
7. Arrendamento	19
8. Fornecedores.....	20
9. Outros instrumentos financeiros.....	20
10. Patrimônio líquido.....	21
11. Despesas gerais e administrativas.....	21
12. Outras receitas e despesas operacionais	22
13. Receitas e despesas financeiras	22
14. Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	22
15. Saldos e transações com partes relacionadas.....	23
16. Eventos subsequentes.....	23
17. Aprovação das demonstrações financeiras.....	23

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Planalto Solar Park S.A.
Goiânia – GO

Opinião

Examinamos a demonstração financeira da Planalto Solar Park S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, a demonstração financeira acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planalto Solar Park S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossos trabalhos de auditoria foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras intermediárias, que descreve que a Companhia se encontra em fase pré-operacional. Em decorrência de ainda estar em fase de implantação de sua operação, a Companhia não apresentou, até 31 de dezembro de 2025, receitas ou despesas operacionais em sua demonstração do resultado. A conclusão das obras de construção da usina fotovoltaica e o conseqüente início integral das operações dependem da capacidade da Companhia de cumprir o cronograma de obras previsto, bem como de obter os recursos financeiros necessários, seja junto aos seus acionistas, seja de terceiros. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria da demonstração financeira da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com a demonstração financeira e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação à demonstração financeira tomada em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pela demonstração financeira

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação da demonstração financeira de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstração financeira livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração da demonstração financeira, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da demonstração financeira, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que a demonstração financeira, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base na referida demonstração financeira.

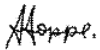
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante na demonstração financeira, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações na demonstração financeira ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo da demonstração financeira, inclusive as divulgações e se a demonstração financeira representa as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 06 de fevereiro de 2026.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC SP-032267/O



Aderbal Alfonso Hoppe
Contador - CRC SC-020036/0-8 T-SP



Renato Mateus Gonçalves
Contador - CRC SC-042650/O-6

PLANALTO SOLAR PARK S.A.**Balço patrimonial****31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42	840
Impostos a recuperar	5	611	4
Outros instrumentos financeiros		47	-
		700	844
Ativo não circulante			
Outros instrumentos financeiros		-	64
Ativo fiscal diferidos		83	-
Imobilizado	6	32.127	14.250
Ativo de direito de uso	7.1	2.467	-
		34.677	14.314
Total do ativo		35.377	15.158
Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	8	284	27
Outros instrumentos financeiros	9	-	1.585
Passivo de arrendamento	7.2	45	-
Obrigações sociais e trabalhistas		11	1
Tributos a pagar		17	6
		357	1.619
Passivo não circulante			
Passivo de arrendamento	7.2	2.691	-
		2.691	-
Total do passivo		3.048	1.619
Patrimônio Líquido			
Capital Social	10	33.567	13.708
Prejuízos Acumulados		(1.238)	(169)
		32.329	13.539
Total do passivo e patrimônio líquido		35.377	15.158

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANALTO SOLAR PARK S.A.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

Demonstração do resultado	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Despesas gerais e administrativas	11	(651)	(196)
Outras receitas e despesas operacionais	12	(209)	7
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras		(860)	(189)
Receitas e despesas financeiras	13	(292)	20
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(1.152)	(169)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	83	-
Prejuízo líquido do exercício		(1.069)	(169)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANALTO SOLAR PARK S.A.

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	(1.069)	(169)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(1.069)	(169)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANALTO SOLAR PARK S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido****31 de dezembro de 2025**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1	-	1
Integralização de capital social	10.1.a	13.707	-	13.707
Prejuízo Líquido do Exercício		-	(169)	(169)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		13.708	(169)	13.539
Integralização de capital social	10.1.b	19.859	-	19.859
Prejuízo Líquido do Exercício		-	(1.069)	(1.069)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		33.567	(1.238)	32.329

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANALTO SOLAR PARK S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto****31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(1.337)	(149)
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(1.152)	(169)
Ajuste de reconciliação do lucro antes dos tributos			
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do exercício	14	83	-
Depreciação de imobilizado e direito de uso	7.1	24	-
Despesas financeiras reconhecidas no resultado, líquidas	13	(292)	20
Ajustes de capital de giro		(395)	(10)
Impostos a recuperar		(607)	(4)
Outros ativos		(66)	(7)
Fornecedores		257	1
Outros passivos		21	20
Variação do fluxo de caixa operacional		(1.732)	(139)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		(17.877)	(14.250)
Aquisição de imobilizado	6	(17.877)	(14.250)
Outros recebimentos		-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		18.811	15.229
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.1.a	-	13.707
Aporte de capital de capital	10.1.n	19.859	1
Recursos (Redução) provenientes de acionistas	9	(1.585)	1.521
Passivo de arrendamento		537	-
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		(798)	840
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	840	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	42	840
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		(798)	840

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANALTO SOLAR PARK S.A.**Demonstração do valor adicionado****31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	2.569	7
Venda de Mercadorias	2.569	-
Outras receitas	-	7
Insumos Adquiridos de Terceiros	(2.628)	(104)
Custos das Mercadorias, Produtos e dos Serviços Vendidos	(2.457)	-
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(151)	(36)
Outros	(20)	(68)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(65)	(97)
Valor Adicionado Bruto	(59)	(97)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(6)	-
Valor Adicionado Recebido em Transferência	18	31
Receitas Financeiras	18	31
Valor Adicionado Total a Distribuir	(47)	(66)
Distribuição do Valor Adicionado	(47)	(66)
Pessoal	394	70
Impostos, Taxas e Contribuições	321	33
Remuneração de Capitais de Terceiros	307	-
Remuneração de Capitais Próprios	(1.069)	(169)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Planalto Solar Park S.A. ("PLANALTO" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, constituída em abril de 2017, para construir e operar Usinas Fotovoltaicas ("UFV"). No entanto, a Planalto iniciou suas atividades em agosto de 2024, com a construção de sua primeira UFV concluída em dezembro de 2024, cuja operação comercial estava prevista para 2025. Entretanto por avaliação da Companhia As primeiras receitas foram geradas em agosto de 2025.

Atualmente a Sociedade tem como objeto promover todos os atos e providências necessárias para garantir a participação conjunta dos acionistas, na condição de locadora de equipamentos para a geração de energia fotovoltaica; bem como a instalação e manutenção elétrica, construção e manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica e, também, execução de serviços de engenharia.

As usinas fotovoltaicas são instalações que convertem a luz solar em energia elétrica por meio de células fotovoltaicas. Com o aumento da demanda por fontes de energia renovável e a necessidade de reduzir a emissão de gases de efeito estufa, essas usinas têm se tornado uma opção viável e sustentável. A localização de uma usina fotovoltaica é um fator crítico. Elementos como a irradiação solar, disponibilidade de terreno, proximidade de infraestruturas elétricas (como subestações) e a análise ambiental influenciam diretamente na eficiência e viabilidade econômica do projeto.

2 Principais políticas contábeis

2.1 Bases de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC); pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"); e, pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "Normas Contábeis IFRS" (*IFRS Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão sumariadas a seguir.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativos biológicos, propriedades para investimentos, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2 Moeda funcional e arredondamento de valores

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Todos os valores divulgados nas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa. As contas garantidas são demonstradas no Balanço Patrimonial como “Investimentos Temporários”, no Ativo Circulante ou no Ativo Não Circulante.

2.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados, há menos que seja um ativo de concessão, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devendo depreciar esses bens pelo prazo da concessão/autorização. A depreciação de outros ativos é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras Receitas e Despesas Operacionais” na Demonstração do Resultado.

2.5 Arrendamentos

2.5.1. Adoção inicial do CPC 06 (R2)

Este CPC, aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações financeiras avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. A Companhia apurou os contratos de operações de arrendamento mercantil, adotou nestas demonstrações financeiras o pronunciamento contábil e apresenta os efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. Em decorrência da mudança de porte empresarial, a Companhia efetuou nestas demonstrações financeiras a implementação dos pronunciamentos contábeis relacionado ao Arrendamento Mercantil, aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

2.5.2. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

2.5.3. Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

2.5.4. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.6 Contas a Pagar

As Contas a Pagar aos fornecedores e outros são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como Passivos Circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as Contas a Pagar são apresentadas como Passivo Não Circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.7 Provisões

As provisões para litígios trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais, regulatórias, e, outras ações judiciais são reconhecidas quando:

- a) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
- b) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- c) O valor puder ser estimado com segurança.

As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.8 Tributos correntes e diferidos

As despesas de tributos do exercício compreendem os impostos correntes e os diferidos. Os tributos são calculados e recolhidos com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado Abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no Patrimônio Líquido ou no Resultado Abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido também é calculado e recolhido com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.9 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos encargos do consumidor, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na Demonstração do Resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

2.10 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do período, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela Administração.

2.11 Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos mensalmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que estas são revisadas.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1 Estimativas

A preparação das informações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras. Os resultados das transações e informações, em sua efetiva realização nos exercícios subsequentes, podem diferir das estimativas.

PLANALTO SOLAR PARK S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- a) Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) Revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado/intangível e de sua recuperação nas operações;
- c) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- d) Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- e) Provisão para litígios, tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas;
- f) Premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso; e
- g) Perda (impairment) de ativos financeiros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

A composição do saldo em Caixa e equivalentes de caixa é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
BRB - Banco de Brasília S.A.	-	129
Banco do Brasil S.A.	42	711
	42	840

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto por caixa e depósitos bancários de curto prazo com vencimento original de até três meses, líquido dos saldos bancários a descoberto. O valor contábil desses ativos não difere do seu valor justo. As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 são compostas por fundo de investimento.

5 Impostos a recuperar

A composição do saldo em Caixa e equivalentes de caixa é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de renda retido na fonte	8	4
Pis a recuperar	85	-
Cofins a recuperar	389	-
ICMS a recuperar	118	-
Outros impostos a recuperar	11	-
	611	4

Os tributos a recuperar referem-se as compras de módulos solares importados, pagos na entrada da mercadoria no Brasil, e outros impostos pagos em duplicidade.

PLANALTO SOLAR PARK S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Imobilizado

A Companhia está em processo de construção de seu ativo. Desta forma, os ativos são classificados como ativos em andamento/em curso e não estão sendo depreciados, pois ainda não entraram em operação. A composição dos saldos do imobilizado é formada pelos seguintes valores:

	Valor Original Contábil (VOC)		
	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.359	-	1.359
Máquinas e equipamentos	11.143	5.908	17.051
Material em depósito	-	133	133
Adiantamento a fornecedores	179	121	300
Valores a serem unitizados	1.569	11.715	13.284
Ativo Imobilizado em curso (a)	14.250	17.877	32.127

	Valor Original Contábil (VOC)		
	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	1.359	1.359
Máquinas e equipamentos	-	11.143	11.143
Adiantamento a fornecedores	-	1.569	1.569
Valores a serem unitizados	-	179	179
Ativo Imobilizado em curso (a)	-	14.250	14.250

(a) Referem-se, substancialmente, aos gastos na obra de construção de Usinas Fotovoltaica (UFV).

7 Arrendamento

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía 2 contratos de locação para as instalações dos painéis, os quais foram classificados como arrendamento mercantil operacional. Para os contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de passivo de arrendamento o valor dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (líquido de impostos), descontados a uma taxa de juros nominal. A taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 10,5% a.a.

7.1 Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos são de 30 anos.

	Direito de uso
31 de dezembro de 2024	-
Adições	2.491
Amortizações	(24)
	2.467

PLANALTO SOLAR PARK S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2 Passivos de arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

	Passivo de arrendamento
31 de dezembro de 2024	-
Adições	2.491
Juros	288
Pagamento	(43)
	2.736
Circulante	45
Não circulante	2.691

8 Fornecedores

A composição dos saldos em fornecedores é formada pelos seguintes valores:

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e Serviços	284	27
	284	27

9 Outros instrumentos financeiros

A composição dos saldos em outros passivos é formada pelos seguintes valores:

	31/12/2025	31/12/2024
Solar Power Painéis Solares Ltda	-	1.585
	-	1.585

A Companhia firmou em 2 de agosto de 2024 um contrato no âmbito do Consórcio Planalto Solar Matarazzo, estabelecendo a execução de obras para implantação de usinas solares fotovoltaicas. Conforme previsto no contrato, a Solar Power Painéis Solares Ltda. efetuou um adiantamento no valor de R\$ 1.585 mil, destinado à cobertura de custos operacionais relacionados à execução do projeto. Esse montante foi classificado como um instrumento financeiro no passivo circulante, sob a rubrica "Adiantamento para Execução de Contrato", pois se trata de um repasse realizado pela Solar Power com o objetivo de viabilizar a continuidade das obras. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo foi revertido para a Solar Power.

PLANALTO SOLAR PARK S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Patrimônio líquido

10.1 Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 33.567 mil (R\$ 13.708 mil em 2024), e sua composição por classe de ações e acionistas é a seguinte:

Acionista	Ações	
	Ordinárias	%
Companhia Celg de Participações - Celgpar	16.448	49%
Voltax Engenharia Indústria e Comércio Ltda	17.119	51%
	33.567	100%

- Em 09 de agosto de 2024, através da 2ª Ata de Assembleia Geral Extraordinária os acionistas autorizaram o aumento do capital social no montante de R\$ 4.807 mil por meio da capitalização de Recursos Destinados a Aumento de Capital. Em 12 de dezembro de 2024, através da 5ª Ata de Assembleia Geral Extraordinária os acionistas autorizaram o aumento do capital social no montante de R\$ 8.900 mil por meio da capitalização de Recursos Destinados a Aumento de Capital.
- Em 23 de dezembro de 2025, através da 9ª Ata de Assembleia Geral Extraordinária os acionistas autorizaram o aumento do capital social no montante de R\$ 19.859 mil por meio da capitalização de Recursos Destinados a Aumento de Capital.

11 Despesas gerais e administrativas

As despesas operacionais de caráter geral e administrativo, possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(64)	-
Administradores	(413)	(84)
Serviços de Terceiros	(151)	(44)
Depreciação de Arrendamento	(6)	-
Seguros	(14)	-
Gastos Diversos	(3)	(68)
Total	(651)	(196)

Os gastos por natureza com pessoal e Administradores estão apresentados abaixo.

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração	(39)	-
Encargos	(14)	-
Outros	(11)	-
Pessoal	(64)	-
Honorários e Encargos (Diretoria e Conselho)	(344)	(70)
Encargos	(69)	(14)
Administradores	(413)	(84)

PLANALTO SOLAR PARK S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****em 31 de dezembro de 2025**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Outras receitas e despesas operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outras receitas		
Venda de mercadoria (a)	2.569	-
(-) Tributos sobre receita (a)	(238)	-
	<u>2.331</u>	-
Outras despesas		
Custo da mercadoria vendida (a)	(2.457)	-
Outras despesas	(83)	(7)
	<u>(2.540)</u>	
	<u>(209)</u>	<u>(7)</u>

Em agosto de 2025 a Companhia realizou a venda do volume excedente de painéis e placas solares gerando receita. Os tributos incidentes sobre a receita e o custo das mercadorias vendidas, relacionados aos painéis solares vendidos, foram reconhecidos como outros resultados por se tratar de operação não recorrente e não relacionada à atividade principal da Companhia (ainda em fase pré-operacional).

13 Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	18	31
(-) Tributos sobre aplicações financeiras	(3)	(11)
	<u>15</u>	<u>20</u>
Despesas financeiras		
Multas e acréscimos moratórios	(2)	-
Juros de arrendamento	(305)	-
	<u>(307)</u>	-
	<u>(292)</u>	<u>20</u>

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2025</u>
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(1.152)
Regime tributário	Lucro Real
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(391)
Efeito de direito de uso	76
Outras diferenças temporárias	399
	<u>83</u>

A Companhia no exercício de 2024 estava no regime tributário da não cumulatividade.

PLANALTO SOLAR PARK S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Saldos e transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas suas acionistas, outras companhias ligadas às mesmas acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. As transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos nas Notas Explicativas nº 10 Patrimônio líquido, e, Notas Explicativas nº 11, Despesas gerais e administrativas. Não há outras transações com partes relacionadas, além das citadas acima.

16 Eventos subsequentes

16.1 Aquisição da Planalto Solar Park S.A.

Em 29 de dezembro de 2025 a acionista Companhia Celg de Participações - CELGPARG, através de sua 76ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas aprovou a aquisição de 51% (cinquenta e um por cento) das ações da Planalto Solar Park S.A., pertencentes à acionista Voltax Engenharia Ltda., com a respectiva liquidação da operação em 08 de janeiro de 2026. Desta forma, a Planalto Solar Park S.A. passará à condição de Subsidiária Integral da CELGPARG a partir desta data.

16.2 Aumento de capital da Planalto Solar Park S.A.

Após a aquisição da Planalto Solar Park S.A. pela acionista Companhia Celg de Participações – CELGPARG em 08 de janeiro de 2026, a CELGPARG integralizou em capital social da Companhia no montante de R\$ 131.987, através do aporte de ativos e passivos suportados por Laudo de Avaliação emitido por especialista.

17 Aprovação das Demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Executiva em 06 de fevereiro de 2026.

ADRIANO DA
ROCHA
LIMA:01449901727

Digitally signed by
ADRIANO DA ROCHA
LIMA:01449901727
Date: 2026.02.10
16:02:14 -03'00'

Adriano da Rocha Lima
Diretor Presidente
CPF nº 014.499.017-27

THAIS MORAES DE
SOUSA:02480811107

Assinado de forma digital por THAIS
MORAES DE SOUSA:02480811107
Dados: 2026.02.09 12:53:57 -03'00'

Thaís Moraes de Sousa
Diretora Jurídica
CPF nº 024.808.111-07

CAMILLA JULIANA
GOSENHEIMER:70
064461122

Assinado de forma digital por
CAMILLA JULIANA
GOSENHEIMER:70064461122
Dados: 2026.02.06 09:50:41
-03'00'

Camilla Juliana Gosenheimer
Contadora CRC-GO 026298/O-9
CPF nº 700.644.611-22

PLANALTO SOLAR PARK S.A.
CNPJ/MF N° 27.509.809/0001-08
NIRE 52300019583
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Planalto Solar Park S.A., em cumprimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às demais disposições legais e estatutárias, conheceram e examinaram o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e os respectivos documentos complementares, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados e, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas pela Taticca Auditores Independentes S.S., em 06 de fevereiro de 2026. bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Planalto Solar Park S.A. no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionista, devendo ser observada a proposta de destinação do resultado do exercício para a rubrica de prejuízos acumulados, a serem absorvidos com resultados futuros (art. 189, § único, da Lei nº 6.404/1976).

Goiânia, 11 de março de 2026.

Daniel Garcia de Oliveira
Presidente

Danielle Gomes de Oliveira
Membro